

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – SCHLA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA – DECISO / CASA LATINO AMERICANA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GILSON GARRETT ALGAUER JUNIOR

**REFLEXO DA POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS LULA E FHC NAS
NOTÍCIAS DO THE NEW YORK TIMES, EL PAÍS E CLARÍN**

**CURITIBA
2011**

GILSON GARRETT ALGAUER JUNIOR

**REFLEXO DA POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS LULA E FHC NAS
NOTÍCIAS DO THE NEW YORK TIMES, EL PAÍS E CLARÍN**

Trabalho de pesquisa apresentado no curso Especialização em Relações Internacionais, da Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de especialista.

Orientadora: Professora Me. Karla Gobo

**CURITIBA
2011**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PÓS-SEGUNDA GUERRA	7
1.1 DO MUNDO DIVIDIDO ENTRE CAPITALISMO E SOCIALISMO ATÉ O GOLPE MILITAR BRASILEIRO DE 1964	8
1.2 PEB NA DITADURA MILITAR	13
1.3 PEB NA NOVA ORDEM GLOBAL	19
2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NAS ERAS FHC E LULA	22
2.1 A BUSCA DA AUTONOMIA PELA INTEGRAÇÃO	22
2.2 MULTILATERAMISMO, RECIPROCIDADE, AUTONOMIA E DIVERSIDIFICAÇÃO	26
2.3 COMPARAÇÕES ENTRE A PEB DE LULA E FHC	29
3 ANÁLISE DOS VEÍCULOS DE IMPRENSA COM BASE NAS NOTÍCIAS VEICULADAS SOBRE O BRASIL NAS POSSES DE LULA E DILMA	32
3.1 TRÊS PRIMEIROS DIAS DO GOVERNO LULA NO THE NEW YORK TIMES	33
3.2 PRIMEIRO TRÊS DIAS DO GOVERNO DILMA NO THE NEW YORK TIMES	36
3.3 TRANSIÇÃO DE FHC PARA LULA NO CLARÍN	38
3.4 OS PRIMEIROS DIAS DE GOVERNO DILMA VEICULADOS NO CLARÍN	40
3.5 A PRIMEIRA REPERCUSSÃO DO GOVERNO LULA NO EL PAÍS.....	42
3.6 O COMEÇO DO GOVERNO DILMA PUBLICADO NO EL PAÍS	44
3.7 ANÁLISE DOS RESULTADOS	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50

RESUMO

A política externa brasileira no pós-segunda guerra concretizou uma aliança que há muitos anos era a predominante: alinhamento estratégico com os Estados Unidos. Este acordo permaneceu por muitos anos até chegar o governo Fernando Henrique. Ele, além de estabilizar a economia brasileira, faz com que os olhares do mundo fiquem voltados para o país. Integra importantes acordos internacionais e participa efetivamente para a construção do Mercosul. Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, mantém esta política econômica, porém muda os rumos da diplomacia brasileira. A diversificação econômica no âmbito internacional foi uma de suas marcas. A presença de produtos brasileiros no exterior e a imagem do país foram consolidados neste período. Neste trabalho, realiza-se pesquisa nos veículos The New York Times, El País e Clarín, com a finalidade de verificar se a imagem do Brasil melhorou com a política externa adotada neste período. O período de estudo é o da posse de Lula, em 2003, e de Dilma, em 2011. Verifica-se que o tom das notícias sobre o país mostram um protagonismo brasileiro tanto regional quanto global. Num primeiro momento maior em relação à estabilidade econômica e num segundo para os avanços para diminuir a desigualdade social. A figura de Lula se mostra como personagem central para determinar a imagem da política externa brasileira.

Palavras-chave: FHC; Lula; Política Externa Brasileira; Veículos de Comunicação

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Análise de Conteúdo

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ALCSA – Área de Livre Comércio Sul Americano

Brics – Brazil, Russia, India, China and South Africa

CECLA - Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana

CTBT – Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty

EUA – Estados Unidos da América

FIFA – Fédération Internationale de Football Association

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

G-20 - Grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia

GATT - General Agreement on Tariffs and Trade

IBAS – Índia, Brasil e África do Sul

Mercosul – Mercado Comum do Sul

NAFTA – North American Free Trade Agreement

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

OPA – Operação Pan-Americana

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PEB – Política Externa Brasileira

PEI – Política Externa Independente

SELA – Sistema Econômico Latino-Americano

TNP – Tratado de Não-Proliferação Nuclear

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

A política externa brasileira passou por diversos momentos históricos. No pós-segunda guerra, em especial, o tradicional alinhamento político com os Estados Unidos ficou mais evidente, uma vez que para o desenvolvimento nacional, foi fundamental firmar parcerias entre os dois países. Na ditadura militar (1964-1985), vivia-se a grande dualidade: no âmbito de política externa era liberal e internamente protecionista e centralizadora¹.

Esta característica dura praticamente até o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Apesar disso, neste momento há uma autoafirmação maior do Brasil para caracterizá-lo como líder regional e mundial de fato. Esta iniciativa, foi a principal bandeira levantada pelo governo Lula (2003-2010) e o que se percebe é o distanciamento brasileiro com os EUA e a independência internacional. O governo Lula executou assim um projeto de expansão do país no cenário internacional com influência nas decisões políticas mundiais. Houve uma visível aproximação com os países do Mercosul, América Latina, África e Ásia, ampliando, assim, sua área de influência, ou seja, a autonomia é marcada pela diversificação na política externa.

Para verificar se efetivamente a política externa de Lula foi no sentido de fortalecer a imagem do Brasil, é necessário analisar qual foi a política externa adotada tanto pelo governo dele como de FHC e quais os pontos de convergência e as diferenças. Além disso, qual foi a política adotada pelo Itamaraty desde o início da Guerra Fria? Procura-se entender ainda em que medida a política externa do governo Lula influenciou na imagem do Brasil no noticiário internacional? É pertinente ressaltar que o governo FHC contribuiu para a estabilização econômica do país. Neste caso, é preciso também analisar quais os impactos da política externa deste governo no noticiário internacional.

Para realizar este levantamento, aplica-se pesquisa quali-quantitativa sobre quais as notícias que foram veiculadas sobre o Brasil nos três primeiros dias do governo da presidente Dilma Rousseff, em janeiro de 2011. Além disso, é necessário analisar o mesmo período na posse do presidente Lula. Tal análise possui o intuito de verificar quais as informações mais recorrentes no contexto global sobre o país e

¹ Com o final da segunda guerra mundial, em 1945, o mundo ficou dividido entre o capitalismo defendido pelos Estados Unidos e o socialismo defendido pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Poucos anos mais tarde, em 1947, teve início a Guerra Fria que era um conflito não armado entre as duas potências.

qual a participação efetiva das ações de política externa que resultaram nestas reportagens.

Numa análise consistente, é preciso verificar o noticiário europeu, latino-americano e estadunidense. Neste caso, escolhe-se os veículos The New York Times, dos Estados Unidos, El País, da Espanha, e Clarín, da Argentina. A escolha se baseia no volume de informações que estas mídias colocam à disposição do mundo e sua importância tanto regional quanto global. O trabalho compreende também uma análise bibliográfica para entender como a política externa brasileira foi construída ao longo dos anos e, especificamente, nos governos Lula e FHC.

Vale destacar que o jornalismo preconiza a imparcialidade. Felipe Pena (2005) ainda coloca que de acordo com a Teoria do Agendamento, jornais são dependentes da agenda da esfera pública para pautar as informações diárias. Neste sentido, os acontecimentos governamentais são naturalmente informação e possuem um valor noticioso que justifica o interesse público. Por isso, o período escolhido se baseia em uma notícia governamental para analisar qual o volume de reportagens sobre o tema Brasil.

O trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro deles se faz um resgate histórico a Política Externa Brasileiro desde o final da segunda guerra mundial até o governo Itamar Franco (1992-1995). No segundo, é apresentada a política externa adotada por Lula e FHC. Por fim, é apresentada a análise propriamente dita, com todos os números e resultados.

A pesquisa se vê necessária, uma vez que o tema é de notória relevância social. Em um momento de claras mudanças no cenário mundial de hegemonias econômicas, o trabalho se mostra pertinente quando coloca um questionamento sobre construção de um país, que está em franca expansão de seu domínio mundial, sob a ótica do noticiário internacional.

1 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PÓS-SEGUNDA GUERRA

Ao longo de sua história, mais precisamente desde a independência, o Brasil adotou uma política externa de alinhamento político à hegemonia dominante. Tal postura fez com que o país ficasse relativamente afastado dos grandes conflitos, mas por outro lado, trouxe uma dependência que culminou em longos períodos de crises, muitas vezes iniciadas na potência hemisférica. O processo de rompimento deste alinhamento até a reivindicação do Brasil por um assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas precedeu de um processo histórico desenvolvimentista aliado aos interesses da América Latina.

Para analisar a política externa brasileira, o conceito de diplomacia presidencial precisa ser definido. Para Preto (2006) geralmente esta expressão é associada apenas quando os presidentes viajam para um país estrangeiro. Mas, mais do que isso, é quando o chefe de governo em pessoa viaja a outro país com o intuito de estabelecer parcerias econômicas, intelectuais, entre outras importantes para os dois países. Danese (2006) define diplomacia presidencial como: “a condução pessoal de assuntos de política externa, fora mera rotina ou das atribuições ex officio, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou chefe de governo.” (DANESE, Apud PRETO, 2006, p. 34)

É preciso perceber que para se ter um panorama claro da política externa brasileira (PEB) durante o período dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva, é necessário fazer uma retrospectiva dos principais pontos da PEB até os dois períodos. A análise será feita a partir do final da segunda guerra mundial, por se tratar de um momento de transição na política externa do Brasil² e, mais do que isso, a consolidação da inversão das potências globais³, originando uma nova ordem mundial, até chegar nos dois governos.

2 Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil e o início da Guerra Fria, o Brasil ficava limitado, por um lado, ao alinhamento político-ideológico do Ocidente e, por outro, pela configuração econômica em que os Estados Unidos emergem como grande potência econômica industrial. Durante um tempo, as únicas fontes de financiamento do país serão o Banco Mundial e os créditos que vinham principalmente do governo americano. Por consequência da grande aproximação com os Estados Unidos, o Brasil rompeu relações com a União Soviética em 1947.

3 Após o fim da Segunda Guerra Mundial, e com a queda das grandes potências da Europa e do Japão, os Estados Unidos e seus aliados ocidentais buscam uma nova ordem econômica por meio dos acordos de Bretton-Woods (criação do FMI e do Banco Central) em 1944 e pela organização do GATT em 1947. Fora criado um novo sistema que colocava os Estados Unidos e a URSS no centro da política geoestratégica mundial. Os Estados Unidos promoviam a democracia liberal e o capitalismo, enquanto a URSS promovia o comunismo e uma economia planificada.

1.1 DO MUNDO DIVIDIDO ENTRE CAPITALISMO E SOCIALISMO ATÉ O GOLPE MILITAR BRASILEIRO DE 1964

Após a Segunda Guerra Mundial, a dualização do mundo entre Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) fez com que o governo brasileiro se visse obrigado a escolher um dos lados para estreitar os laços. O período de 1947 até 1991 foi chamado de Guerra Fria e foi um conflito não armado entre as duas potências. Um pouco antes deste período, Getúlio Vargas (primeiro governo de 1930 a 1945), que estava no poder, constantemente flertava tanto com a Alemanha como com os Aliados. Este flerte hora pró-Eixo, hora pró-EUA é denominado por Gerson Moura (1993) como “equidistância pragmática”. Para o historiador, esta condição se dava no momento em que Getúlio se apresentava como mais liberal mas, ao mesmo tempo, mais nacionalista. A visão não era apenas do governo mas chegava também à sociedade brasileira como um todo que tinha interesses econômicos e dependia das duas potências. “Esta política conduziu à declaração de neutralidade em julho de 1939 e, o que é mais importante, aumentou o poder de barganha do Brasil nos anos seguintes” (MOURA, 1993, p. 179). Os Estados Unidos frequentemente foram generosos com o Brasil, pois tinham interesses com o país e não podia criar qualquer tipo de relação que desse brecha para a Alemanha se aproximar. O final deste período se deu quando, já durante a segunda guerra, Getúlio barganhou a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, em 1941, e o Brasil em troca rompeu com a Alemanha.

Até então o governo apenas deu continuidade a uma política externa que era adotada desde o período da Proclamação da República que Sato (1998) chama de “paradigma Rio Branco”.

[...] desde Rio-Branco, a política externa brasileira tinha por padrão a centralidade das relações com os Estados Unidos. Estrategicamente, não havia dificuldades no “alinhamento”, uma vez que os dois países compunham a mesma aliança tradicional em termos regionais e também a grande aliança que começava a ser chamada de “ocidental” em termos de segurança internacional, como havia ficado manifesto na participação efetiva na Segunda Guerra Mundial. (SATO, 1998, p. 8)

Apesar do alinhamento entre Brasil e Estados Unidos ficar mais evidente e claro após a guerra, não eram em todas as questões que os dois concordavam. Os rumos da política externa mundial, eram marcados por divergências constantes, uma vez que a ótica da política econômica dos dois países eram opostas.⁴ Por outro lado, o apoio militar e político era cada vez mais recorrente. “Símbolo do estreitamento da amizade entre Brasil e Estados Unidos foi a viagem de Dutra àquele país, em visita oficial, entre 17 e 29 de maio de 1949, retribuindo visita do presidente Truman ao Brasil, em 1947.” (CERVO; BUENO, 2008, p. 271).

No período entre 1951 a 1954, Vargas volta ao poder, desta vez eleito, e mostra uma política externa um pouco diferente daquela que realizou no outro momento em que governou. Dentro do contexto, havia dois grupos fortes que influenciavam diretamente a política externa brasileira: os nacionalistas e os chamados de “entreguistas” por terem visões mais liberais tanto de questões internas quanto externas (CERVO; BUENO, 2008, p. 273). Neste momento, cada vez mais capital estrangeiro entrou no país para financiar grandes obras públicas e para acelerar o crescimento do país.

Este momento pós-guerra mostra uma política externa brasileira com a intenção de mudar o foco de suas ações. Enquanto até este momento o alinhamento foi incondicional com os Estados Unidos, as ações externas no governo brasileiro passam a ser em defesa de seu desenvolvimento econômico e também dos países da região. Com o final do conflito armado, a falta de uma ameaça e o crescente poderio econômico, militar e cultural estadunidenses despertava a atenção do Brasil por um lugar de destaque no cenário internacional. Curioso notar que tal ação aconteceu justamente durante um governo chamado de populista. Como veremos mais para frente, esta foi a semente para originar uma política externa pautada nos interesses brasileiros e enfrentamento das grandes potências mundiais.

É pertinente destacar que os Estados Unidos sempre monitoraram as ações do governo brasileiro frente aos interesses dos empresários do seu país.⁵ Getúlio foi um governante que criou leis para reforçar o ideário nacionalista e de se fechar para o desenvolvimento do próprio país. Duas ações levaram os norte-americanos a um

4 Os Estados Unidos passaram a deixar cada vez mais claro que o desenvolvimento da América Latina deveria ser baseado em investimentos de capitais privados, e não em um novo Plano Marshall que primasse pelos recursos e iniciativas dos governos. Com os cortes propostas pela Comissão Brasil-Estados Unidos, a partir de 1950, alia-se à irritação provocada pelo nacionalismo do segundo governo Vargas para desgastar o relacionamento bilateral (Ricupero, 1989).

⁵ Um exemplo bem concreto disso será visto adiante com a Lei de Comercialização de Softwares, regulamentada em 1988, durante o governo de José Sarney.

olhar mais atento aos acontecimentos internos brasileiros: a criação da Petrobras, que determinou ainda o monopólio estatal na exploração de petróleo, e o decreto de 5 de janeiro de 1954 limitando em 10% ao ano as remessas de lucros para o exterior do capital inicial investido. Como postulam Cervo e Bueno (2008, p. 283 e 284), tais ações e outras no âmbito interno, pressionaram o presidente deixando a situação instável e culminando na morte dele em agosto de 1954: “[...] inexistem provas sobre a participação oficial norte-americana, direta ou indiretamente, na desestabilização de Vargas. A questão fica no terreno da suspeita”.

Depois da morte de Getúlio (24 de agosto de 1954), quem assume o poder é o vice, João Café Filho. Durante o curto período em que governou, cerca de um ano e meio, as ações políticas externas foram no sentido de facilitar que o capital estrangeiro, oriundo dos Estados Unidos, tivesse livre acesso ao país, seguindo a máxima do capitalismo. Para Cervo e Bueno (2008, p. 285) um dos pontos que mais chamam a atenção foi o acordo firmado sobre a cooperação dos Estados Unidos na área de energia atômica. Ele “[...] estabeleceu 'facilidades para o intercâmbio de informações sobre projetos, construção e financiamento de reatores de pesquisa...’”.

Após a saída de Café Filho e a chegada ao poder de Juscelino Kubitschek (31 de janeiro de 1956), a PEB começa a ter um olhar mais interno, não só para si próprio, mas também para os vizinhos sul-americanos. Como uma forma de fortalecer estes laços, em 1958, o então presidente lançou a Operação Pan-Americana (OPA) com a finalidade de tentar oficializar o Brasil como líder da América Latina e colocar o país num cenário de destaque.

Na prática, a OPA visava estimular o aumento de aporte de recursos públicos norte-americanos para projetos desenvolvimento dos países latino-americanos com base em uma nova e interessante estratégia: invertendo a lógica da política externa norte americana característica da Guerra Fria que percebia o comunismo como fonte de ameaça à segurança e à estabilidade política dos países ocidentais, a OPA propugnava ser esta ameaça uma consequência dos problemas sociais cuja causa profunda residia no subdesenvolvimento e na miséria, estes sim estímulos para a proliferação do ideário comunista. (PINHEIRO, 2004, p. 32)

Antes de tudo, a OPA tinha o principal objetivo de levar o desenvolvimento à América Latina. Para isso, ele se utilizou do medo estadunidense com a constante ameaça comunista no continente americano para barganhar mais investimentos nos países da região. Em outras palavras, os Estados Unidos investiam no Brasil e em

troca, não haveria qualquer possibilidade do comunismo se instaurar em terras brasileiras.

A partir daí, o Brasil começa a almejar o exercício de um protagonismo regional, latino-americano, e também mundial com uma participação mais efetiva na Organização das Nações Unidas (ONU), enviando oficiais da Força Aérea ao Congo, em 1961, no estabelecimento de operações comerciais com a URSS e a participação em operações de paz promovidas pela entidade internacional. É possível notar que até então, o alinhamento com os Estados Unidos fez com que o país ficasse protegido militarmente e recebesse um apoio estratégico importante. Com a diversificação das ações externas também por parte estadunidense, o Brasil se viu frente a um desafio que ainda não tinha enfrentado, diversificar sua economia e receber ajuda de outros países estrangeiros, mesmo que fossem contrárias aos do principal parceiro mundial. O objetivo do governo era desenvolver o país acima de tudo e, para isso, foram necessárias mudanças internas, principalmente na maneira como se relacionar internacionalmente e atrair cada vez mais investimentos.

A instabilidade internacional com a Guerra Fria ajudou o país a barganhar os investimentos que precisava para o desenvolvimento. A constante ameaça do comunismo se espalhar pela América Latina fez com que os Estados Unidos voltassem os olhos para a região. Com a revolução cubana, a percepção deles sobre o Brasil mudou. “Tal conjuntura contribuiu para que o Brasil obtivesse empréstimo mesmo sem ter feito ajuste na economia nos padrões preconizados por aquele organismo internacional” (CERVO; BUENO, 2008, p. 297).

A partir daí, o Brasil se posicionou cada vez favorável aos seus interesses primordiais nacionais – internos – e diversificou as possibilidades de investimentos estrangeiros. Iniciou-se, então, um período que Pinheiro (2004) caracteriza como globalização, que pode ser definida como a possibilidade de interação entre pessoas, empresas e países distantes geograficamente, mas próximos devido a um determinado interesse comum, que pode ser econômico, social, cultural ou político. Ela unifica o mundo e derruba barreiras geográficas. Neste sentido, o Brasil se globalizou economicamente para participar mais ativamente da economia mundial rumo ao seu maior objetivo desenvolvimentista.

Visando ainda as questões de ordem interna, o Brasil adotou uma política externa no sentido de olhar para países da África e a Ásia, estabelecendo parcerias importantes. “Em 1960, foram estabelecidas relações diplomáticas com a República da Coreia e com o Celião, e criadas as respectivas embaixadas em Seul e Colombo,

cumulativas, a princípio, com as de Tóquio e Nova Delhi”. (CERVO; BUENO, 2008, p. 301). Além de acordos com países de outros continentes, a PEB se voltou também para os vizinhos. Dessa maneira reduziu a possibilidade de qualquer tipo de conflito na América do Sul, uma vez que, para o sucesso da OPA, a cooperação entre os países latino-americanos era fundamental.

Nos governos de Jânio Quadros (janeiro de 1961 a agosto de 1961) e João Goulart (1961 a 1964), foi instituída a Política Externa Independente (PEI), diferentemente da OPA de JK que voltava as relações exteriores ao desenvolvimento do hemisfério como um todo, a PEI tinha o objetivo primordial de desenvolvimento nacional, sem fazer tipo de preconceito com as relações exteriores que deveriam ser feitas para tal fim, como postulam Cervo e Bueno (2008, p. 310). Aproveitando-se da situação tensa entre Estados Unidos e URSS, aliados aos acontecimentos em Cuba,⁶ o Brasil barganhou diversas vezes investimentos como forma de manter o comunismo da região. Por outro lado, firmava parcerias com a União Soviética. Foi neste período inclusive que o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com os soviéticos, rompidas desde 1947, além da visita do então vice-presidente, João Goulart, à China em busca de novos mercados e mostrar seu valor perante o mundo.

É possível perceber que, no pós-guerra, o Brasil manteve sua tradição de alinhamento com os Estados Unidos e até o Golpe de 1964⁷ permaneceu como o principal parceiro econômico do país. O que chama a atenção, são as ações que os governos tiveram para diversificar as parcerias comerciais e mostrar o seu poderio perante o mundo. Utilizou de instrumentos de barganha para obter vantagens frente aos investimentos estrangeiros, utilizou de sua posição estratégica no continente para reforçar seu peso e mostrar, no âmbito internacional, que também possui peso e voz.

⁶ A Revolução Cubana, de 1959, derrubou o ditador Fulgencio Batista e colocou Fidel Castro no poder. Posteriormente, Cuba passou a integrar o bloco socialista. Para Vizentini (2005), o fortalecimento da Revolução Cubana gerava no Estados Unidos uma preocupação com a América Latina, principalmente na possibilidade do Brasil se tornar uma “nova Cuba”. As pressões se aprofundaram com a crise dos mísseis em Cuba, em outubro de 1962. Como retaliação a ataques dos Estados Unidos à Turquia e à Cuba, a União Soviética escondeu mísseis no território cubano. Fotos da CIA revelavam plataforma de lançamento de mísseis e o presidente Kennedy toma conhecimentos do transporte de mísseis por meio de navios soviéticos rumo a Cuba. Neste momento quase o mundo entrou em guerra novamente.

⁷ O Golpe Militar de 1964 derrubou o presidente João Goulart da presidência do Brasil. Neste período, o estreitamento das relações internacionais com os Estados Unidos ficou mais evidente uma vez que o motivo pelo qual os militares tomaram o poder era afastar o comunismo da região e garantir a instauração do capitalismo. Até 1985 generais do exército foram alterando o poder junto ao cargo de presidente do país.

1.2 PEB NA DITADURA MILITAR

O próprio golpe militar já deu as características de como seria a PEB daí para frente. A ação teve o intuito de afastar o comunismo do país e fazer com que o desenvolvimento do capitalismo se fortalecesse. A partir do momento em que o Brasil tem esta postura, fica clara a rejeição ao modelo econômico adotado pela União Soviética. A partir daí começa um processo que Pinheiro (2004) postula como binômio segurança-desenvolvimento, ou seja, a política externa do país estava ligada diretamente ao desenvolvimento interno. Neste sentido uma das primeiras ações foi o rompimento das relações diplomáticas com Cuba.

Outro fator que marcou as ações externas do governo brasileiro neste período, foi a não interferência interna do país em assuntos externos. “[...] a política externa encontrava-se 'protegida' das pressões democráticas”. (PINHEIRO, 2004, p. 39). Logo no primeiro governo do período comandado por Castelo Branco (1964-67) o alinhamento com os Estados Unidos foi praticamente natural, uma vez que era aliado fundamental para afastar o comunismo da América Latina e, ao mesmo tempo, havia a tradição brasileira com tal relação. O Itamaraty passou a ser uma agência burocrática, perdendo o sentido nas ações da política externa. Neste período, os sonhos desenvolvimentistas nacionais foram deixados de lado, visto que o Brasil almejava um apoio político-financeiro da maior potência do mundo, o que não aconteceu.

Diante deste panorama, já no governo Costa e Silva (1967-69), o Brasil, visto que o que se esperava dos Estados Unidos não se concretizava, retomou as ações mais nacionalistas, sem colocar em dúvida as relações diplomáticas com a potência mundial.

Deve-se registrar também a rejeição do argumento de irresponsabilidade dos países do Sul como razão para lhes negar acesso à tecnologia de ponta, levando a que o Brasil se recusasse, em 1968, a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). (PINHEIRO, 2004, p. 41)

O período foi marcado pelas percepções de que o conflito Leste-Oeste era deslocado para o centro-periferia e que era necessário reforçar a ação no sul. Foi

instituída uma diplomacia que exercesse uma ação resoluta ao lado da Ásia e da África, a fim de participar da ONU, especialmente a UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

Em 1968, a Chancelaria adotou uma “atitude decididamente reivindicatória” na II UNCTAD, pleiteando, também, o acesso de manufaturados ao Primeiro Mundo e novos acordos sobre matérias-primas. O ministro das Relações Exteriores à época, Magalhães Pinto, formulou naquele ano a política nuclear brasileira, a fim de obter cooperação para transferência imediata de tecnologia para usos civis. Até retirar-se da Chancelaria em 1969, pressionou órgãos como UNCTAD, CECLA, GATT-OMC e OCDE para alcançar a expansão das exportações e a cooperação econômica, financeira e tecnológica.

No governo Costa e Silva (1967-1969), o Itamaraty retoma suas funções mais autônomas uma vez que a própria estrutura do órgão se assemelha ao militar além da visão dos diplomatas que assumiam funções importantes no sentido de entender o Brasil como Terceiro Mundo. Neste sentido, a proximidade com o regime e as relações exteriores era tranquila por terem os mesmos objetivos e pensamentos para o país.

A política externa desse governo apresentava-se de forma mais realista, com isenção ideológica e recuperou a margem de autonomia, reabilitou o conceito de soberania e se legitima diante da nação. “O governo Costa e Silva criou as duas condições necessárias à coesão entre políticas interna e externa, ao recuperar o projeto desenvolvimentista e agregar-lhe em função supletiva o movimento da diplomacia” (CERVO; BUENO, 2008, p. 383).

O governo Médici (1970-1973) foi caracterizado por uma segurança que permitiu a busca incisiva pela diminuição das distâncias entre Norte e Sul, a dependência tecnológica, a separação entre zonas de influência e a imposição da vontade de uns sobre os outros (CERVO; BUENO, 2008). As relações políticas e comerciais com os Estados Unidos foram agravadas e a diplomacia brasileira teve de redobrar seus esforços para que seus objetivos não fossem comprometidos. A partir da década de 1970, o comércio bilateral torna-se altamente deficitário para o Brasil, fazendo com que uma tendência histórica fosse revertida.

Em 1971, Médici faz uma visita aos Estados Unidos, durante o governo de Richard Nixon (1969-1974), a fim de reiterar os termos das relações bilaterais e contornar o controle dos *lobbies* sobre o Congresso norte-americano pelo entendimento igualitário de cúpula. Embora não tenha resolvido as questões de

fundo, a diplomacia atenuara os atritos bilaterais. No período, a cooperação bilateral passou para uma fase criativa e acelerada em que foram firmados acordos em diversas áreas e com muitos países, como Portugal, Alemanha, Espanha, França Suécia, Dinamarca e Noruega.

Devido a esses acordos, embora encontrasse as portas dos Estados Unidos fechadas, Geisel encontrou abertura da Europa quando assumiu o governo em 1974.

Quando Geisel inicia seu governo, as exportações já ultrapassavam a cifra de US\$ 12 bilhões. Nesse período o endividamento externo também havia aumentado na mesma proporção, mas houve, paralelamente, uma substancial diversificação tanto na composição da pauta das exportações (mais da metade passou a ser de manufaturas), como na distribuição dos mercados. (SATO, 1998, p. 18).

Dois acontecimentos marcaram a política externa brasileira durante o governo Geisel: a crise do petróleo e o choque econômico gerado por ela⁸. Primeiramente, enquanto tentava reforçar a imagem de um Brasil forte, fez com que o governo reconhecesse suas limitações e redefinisse as funções da política externa em relação ao projeto de desenvolvimento.

Em resposta à crise mundial, Geisel fez exigências ao mercado externo, com o objetivo de prover acesso aos consumidores dos países industrializados, novos mercados de exportação e novos acordos internacionais, principalmente para fornecimento de petróleo. Para conter a crise energética, o governo acrescentou medidas internas em 1975, como a redução das importações de supérfluos e incentivo às exportações; incentivo às pesquisas de novas fontes de energia, como álcool e xisto; e produção interna de petróleo, com autorização da Petrobrás para contratos de serviço com cláusula de risco sem quebra de monopólio.

⁸ Em 1973, durante a Guerra do Yom Kipur (estados árabes contra Israel), os preços do petróleo sobem vertiginosamente. A OPEP aumenta o preço do petróleo de 70% a 100%, enquanto os produtores árabes declaram embargo aos países que consideram pró-Israel (Estados Unidos e Holanda. Em cinco meses, o valor do petróleo aumenta 400%, entre outubro de 1973 (choque do petróleo) e março de 1974, com um novo aumento de 100% na Conferência de Teerã, em dezembro. O momento representou uma forte recessão nos países industrializados, refletindo no Brasil com a queda dos investimentos externos e na importação de produtos brasileiros. Além disso, a crise do petróleo atingiu diretamente o plano de desenvolvimento brasileiro. Os governos militares haviam negligenciado o transporte ferroviário e hidroviário em proveito do rodoviário, e o público em proveito do individual, o que favorecia as indústrias automobilísticas transnacionais e implicava um crescente consumo do petróleo importado (Vizentini, 2005).

O Brasil foi favorável à criação da OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo, cartel dos principais produtores de petróleo do mundo, pois tinha em vista equacionar as questões relacionadas aos preços, estoques e acordos relativos aos produtos primários. Isto representou a aproximação do Brasil com os países árabes.

A indústria armamentista estatal brasileira, tendo atingido alto grau de desenvolvimento, (armas pessoais, aviões, carros de combate e mísseis), conseguiu nesse período incrementar suas exportações para os países árabes, que também importavam automóveis e outros bens manufaturados, produtos agropecuários e serviços, com os quais pagávamos as importações do petróleo. Além disso, desenvolveu-se a cooperação tecnológica no campo nuclear, de mísseis e aviação, bem como na prospecção de petróleo *off shore* pela Braspetro, subsidiária internacional da Petrobrás, que descobriu e explorou, em parceria vários lençóis petrolíferos. O Iraque, o Irã, a Líbia, o Egito, a Argélia e a Arábia Saudita eram os principais parceiros brasileiros nesses campos de cooperação. (VIZENTINI, 2005, p. 63).

Durante o governo de João Figueiredo (1979-1985) o cenário internacional foi marcado pela rebipolarização e protecionismo. A crise no sistema internacional era resultante de problemas que se acumulavam desde o pós-guerra e a PEB seguia com dificuldades. No Brasil, iniciava uma década economicamente ruim com o aprofundamento da dívida externa. De todos os setores, as relações internacionais foram as mais prejudicadas com o endividamento. Contudo, as negociações das dívidas não eram feitas pelo Itamaraty, mas por economistas de outros órgãos: Banco Central, Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

O diálogo norte-sul não estava bem-sucedido e o relacionamento com os países industrializados também não tinha o resultado esperado. Por isso, o Brasil, na década de 1980, reforçou o relacionamento com os países considerados do sul e criou novas parcerias, sobretudo com a Argentina, a China e o Iraque.

Na primeira metade da década de 1980, o Brasil aprofundou suas relações com a América Latina e o Caribe, unificando a voz do continente, revelando uma consciência coletiva. Prova disso foram os pactos de cooperação (Bacia do Prata, Pacto Andino, Pacto Amazônico, órgãos como a SELA, ALADI, Conferência de Cúpula) e os consensos, como a Contadora (1983), grupo formado pelo México, Panamá, Colômbia e Venezuela com o objetivo de estabilizar a América Central e blindar o intervencionismo do Estados Unidos. O Brasil apoiou a iniciativa, reforçando as interpretações e exigências internacionais. As relações com a

Argentina também foram aprofundadas, incluindo o apoio do Brasil à Argentina na Guerra das Malvinas em 1982. Embora se posicionasse como neutro, o Brasil apoiava os interesses argentinos nos foros internacionais, rompendo, assim as relações com o Reino Unido.

Em 1984, o Brasil participa do Consenso de Cartagena, iniciativa voltada para a dívida externa. Existe a hipótese de que o Itamaraty estava associado a negociação da dívida, utilizando-a como poder de barganha, ao quadro do diálogo norte-sul, das negociações globais que exigia e da reforma da ordem internacional que resultaria delas. Internamente, a visão dos economistas era diferente, pois entendiam que a solução negociada de forma direta e bilateral. A fim de não demonstrar falta de coordenação, o governo brasileiro inibiu a Chancelaria, “liberando a área econômica, com o que queimou um extraordinário poder de barganha, em dissonância com as práticas de política externa exercidas desde Vargas” (CERVO; BUENO, 2008, p. 436) não aconteciam desde a eleição de Jânio Quadros. Sarney explorou bastante a democracia em seu governo, criando uma nova imagem do exterior.

Figueiredo visita a China, em 1984, para firmar acordos de cooperação nas áreas comercial, científica, tecnológica e nuclear. “O estreitamento com a China, timidamente encaminhado por Geisel, fortaleceu-se com Figueiredo, para atingir uma densidade só comparável às relações entre Brasil e Alemanha, Japão e Estados Unidos, à época de Sarney” (CERVO; BUENO, 2008, p. 446). Acordos comerciais e de ciência e tecnologia também foram firmados entre o Brasil e a União Soviética.⁹ Esta atitude foi uma forma do governo brasileiro de criticar a intervenção dos Estados Unidos, indicando autonomia.

José Sarney foi o primeiro presidente civil a ocupar a presidência após 21 anos de ditadura, tendo como principais desafios internos a redemocratização e a crise econômica. O processo de democratização incluiu, entre outras ações, a Constituição de 1988, o pluripartidarismo e as eleições diretas.

No início do governo, Sarney não queria continuar pagando a dívida externa, que já havia reduzido a renda per capita do Brasil em 13,5% entre 1980 e 1985. Em fevereiro de 1986 foi lançado o Plano Cruzado, que fez com que o país quase esgotasse suas reservas cambiais e o Brasil se vê obrigado a decretar a moratória

⁹ O crescimento da cooperação com a União Soviética crescia principalmente por causa da esperança despertada pela *perestroika* (abertura econômica introduzida por Mikhail Gorbachev em 1985). Contudo, essa esperança foi frustrada pela crise soviética e pela convergência entre Moscou e Washington (Vizentini, 2005).

em 1987. O Plano Cruzado foi substituído pelo Plano Bresser-Pereira, que buscava entendimento simultâneo entre o Brasil e a comunidade financeira internacional, mas foi igualmente mal sucedido. O acordo urgente de Maílson da Nóbrega sacrificou os planos originais do governo Sarney e as negociações com os bancos e o FMI. Em fevereiro de 1988, a moratória foi suspensa. Em março de 1990, a inflação chegaria a 80% ao mês.

A política externa do governo Sarney deu continuidade às relações mantidas pelos governos anteriores, mas explorando a imagem de um país democrático, sendo a Constituição uma forma de inserir o país de uma forma mais definitiva no cenário internacional. As relações com a América Latina eram reforçadas, principalmente com a Argentina, encaminhando-se para uma fase integracionista desencadeada pelos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney. Em julho de 1986, ambos assinam, em Buenos Aires, a Ata para Integração Argentino-Brasileira, um conjunto de tratados políticos e econômicos que, embora fossem laterais, estava abertos a adesão de outros países. Em dezembro do mesmo ano, Alfonsín veio ao Brasil na instituição do Programa de Integração e Cooperação Econômica, ocasião em que pela primeira foi expressa a vontade de criar um espaço econômico comum a fim de que a economia dos dois países fosse complementada. Após a queda do Muro de Berlim e a abertura dos países que antes eram socialistas, a tendência era a integração regional em blocos. Como será visto adiante, essa união entre Brasil e Argentina foi a precursora da criação do Mercosul, em 1991.

O confronto entre Brasil e Estados Unidos incentivado pela Lei de Informática também foi um fato importante das relações internacionais durante o governo Sarney. A trajetória da indústria de informática no Brasil era caracterizada pela superação da dependência de outros países em relação à tecnologia de ponta.

Foram segmentos que acionaram uma ideologia de dependência, penetraram o Estado, onde criaram instituições e forjaram políticas adequadas, às quais corresponderam á iniciativa privada, os partidos políticos, a opinião pública, as Forças Armadas, num esforço integrado e complexo, que agregou o conhecimento, a consciência nacional, a política e o sistema produtivo. Assim nasceu, cresceu e amadureceu a indústria brasileira de informática, excluindo os gigantes dos mini e microcomputadores do mercado nacional. (CERVO; BUENO, 2008, p. 424).

Os Estados Unidos pressionavam o Brasil para a liberalização do mercado de informática, redução do protecionismo, ampliação dos privilégios e direitos a empresas estrangeiras e outras medidas contrárias aos interesses brasileiros. Em abril de 1986, Sarney envia ao Congresso um projeto que regulamentava a venda e os direitos de propriedade dos softwares, mantendo a reserva de mercado. O projeto, porém, facilitava a entrada de programas estrangeiros. Em janeiro de 1987, o governo dos EUA extinguiu o sistema preferencial de tarifas que beneficiava vários produtos brasileiros, passando a gravá-los com taxas entre 5% e 10%. Em dezembro, o Congresso brasileiro aprovou a Lei de Comercialização de Softwares, regulamentada em abril de 1988. Os Estados Unidos cessaram com as ameaças de retaliação, mas a reserva de mercado só foi extinta em outubro de 1992.

No cenário mundial da segunda metade dos anos 1980 persistem os vícios do sistema internacional que eram contrários aos interesses brasileiros, como a bipolarização, o multilateralismo e divergências com os países ricos. Se, por um lado, os países ricos pretendiam controlar a informação e a tecnologia de ponta, criando uma nova forma de dependência, por outro lado, esses países mantinham indústrias obsoletas e arrancavam recursos dos países do Terceiro Mundo. A seguir, veremos como a PEB funcionava na Nova Ordem Global.

1.3 PEB NA NOVA ORDEM GLOBAL

No contexto global, o triunfo do regime capitalista sobre o socialismo da União Soviética representou uma grande impulso para a globalização, que reordenou as relações internacionais em três pilares: ideologia neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar dos Estados Unidos (CERVO; BUENO, 2008). Além da nova realidade econômica resultante do capitalismo, havia duas outras tendências históricas: a formação de blocos econômicos, como parte da globalização, e a nova assimetria entre o centro do sistema econômico e sua periferia.

A formação de blocos econômicos, integrando regiões, era uma das respostas ao desafio da globalização. Os Estados Unidos criaram o Tratado Americano de Livre Comércio (NAFTA), mas surge a necessidade de uma

integração maior com a proposição, em 1994, da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Em 1992, surge a União Europeia. Na América Latina, o Mercosul (Mercado Comum do Sul) é lançado pelo Tratado de Assunção, em 1991, tendo o Brasil como um de seus integrantes. Durante o governo Itamar Franco, surge o projeto de criação da Alcsa (Área de Livre Comércio Sul Americano), paralelo à criação do Mercosul, que, embora não tenha sido bem sucedido, reforça a ideia de integração.

A adaptação do Brasil do novo contexto global não foi muito simples. Entre 1990 e 1995, o país teve cinco ministros de Relações Exteriores.¹⁰ Essa indefinição também foi motivada pelo processo de impeachment de Fernando Collor em 1992 e o hiato do governo Itamar Franco até 1994. Tudo isso contribuiu para que, a partir de 1990, o pensamento da política internacional brasileira não fosse heterogêneo.

Além de haver-se enfraquecido em razão da discordância interna e da prevalência de pensamento externo à casa, o processo decisório em política exterior do Itamaraty perdeu força sob outro ângulo também, na medida em que as decisões nas áreas da alfândega, das finanças externas e da abertura empresarial foram deslocadas para as autoridades econômicas, que aplicavam diretrizes monetaristas e liberais com desenvoltura e com consequências sobre a organização nacional. (CERVO; BUENO, 2008, p. 456).

Devido a todos esses fatores, a PEB teve um período de decisões confusas e até contraditórias. Diante da instabilidade do Itamaraty até 1995, prevalecia o pensamento de Fernando Henrique Cardoso, que foi ministro das Relações Exteriores entre outubro de 1992 e maio de 1993. As duas passagens do ministro Celso Lafer pelo Itamaraty reforçaram a linha de pensamento e ação de Fernando Henrique.

Durante a primeira metade da década de 1990, o Brasil mostrou-se engajado em questões ambientais, como sede da Eco 92, e aderiu a compromissos internacionais com o meio ambiente, como o Protocolo de Kyoto, a Convenção sobre mudanças climáticas e a Convenção sobre Biodiversidade.

¹⁰ Francisco Rezek (15 de março de 1990 a 13 de abril de 1992), advogado, não era de carreira diplomática; Celso Lafer (13 de abril de 1992 a 2 de outubro de 1992); Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, não era de carreira diplomática (5 de outubro de 1992 a 20 de maio de 1993); Luiz Felipe Palmeira Lampreia (20 de maio de 1993 a 20 de julho de 1993); Celso Amorim (20 de julho de 1993 a 1º de janeiro de 1995).

Na área de Direitos Humanos, foram reforçados os pactos com a ONU de 1966 e ratificado o Pacto de San José da Costa Rica,¹¹ de 1969. O Brasil mostrava-se bem atuante na comissão de Direitos Humanos da ONU, reconhecendo o assunto como um tema global.

¹¹ O Pacto de San José da Costa foi assinado em 22 de novembro de 1969 durante a Convenção Americana de Direitos Humanos. Baseado na Declaração Universal de Direitos Humanos, o acordo estabelece os direitos fundamentais da pessoa humana, como o direito à vida, à liberdade, à dignidade, entre outros. O Pacto de San José também cria a Corte Interamericana de Direitos Humanos para julgar casos de violação a esses direitos nos países integrante da OEA

2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NAS ERAS FHC E LULA

A política externa brasileira, durante os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), esteve atrelada a uma diversificação nas alianças e numa postura que o país adotou em busca do desenvolvimento local (ALMEIDA, 2004). O Brasil durante estes dois governos passou por uma transformação na sua política externa, principalmente como conduziu os acordos internacionais. O objetivo é tentar entender em que medida as ações de política externa buscaram ressuscitar a questão do desenvolvimento tendo como base tanto o regionalismo, quanto a recuperação da clivagem Norte/Sul na política internacional em benefício das novas demandas dos países em desenvolvimento.

Pinheiro (2004) fala que, após o fim da ditadura militar e início da redemocratização do país, a política externa brasileira não mais ficou nos dois clássicos paradigmas globalismo e americanismo e passou a adotar outros paradigmas.

2.1 A BUSCA DA AUTONOMIA PELA INTEGRAÇÃO

Para tentar entender como o Brasil adotou um novo paradigma de política externa brasileira durante o governo FHC, é preciso retomar alguns aspectos históricos pelos quais ele passou e refletiram nas ações de âmbito externo. Acaba a ditadura militar, o governo Sarney foi responsável por organizar a transição democrática do país e pouco se modificou nos rumos da política externa brasileira. Até o golpe de 64, a política interna não era determinante para influenciar significativamente a política externa. No período obscuro da democracia no país, o fator que determinou o alinhamento mais efetivo com os Estados Unidos foi a justificativa do golpe, ou seja, afastar o comunismo na região. Neste sentido, as relações no eixo continental norte-sul eram naturais, pois compartilhavam um mesmo objetivo nas visões de mundo e nacional. Até então, a postura do governo brasileiro com a política externa foi na alternância de globalismo e americanismo.

Fernando Henrique Cardoso começou um processo de política externa que Pinheiro (2004, p. 62) chama de institucionalismo pragmático:

[...] a linha de atuação diplomática desse governo, podemos dizer que, por um lado, buscou-se reforçar a opção pelo fortalecimento das instituições multilaterais internacionais já que, por se auto-definir como país intermediário com recursos limitados de poder, supunha-se que a adesão às normas de regulação internacional lhe garantia a preservação de espaços de autonomia; por outro, devido à mesma autopercepção e ao fato de resgatar a condição do país de membro de um subsistema de poder da periferia, supunha-se que neste sua atuação devesse ser calcada em princípios de poder, garantindo-lhe por um lado maior autonomia e, por outro, maior respaldo no sistema global.

É pertinente ressaltar que o governo FHC foi um período marcado pela abertura econômica, privatizações e liberalismo. Fernando Henrique possuía uma característica mais neoliberal - primava pelo liberalismo econômico porém com algum tipo de intervenção estatal em pontos específicos da economia considerados mais importantes. Como consequência disso, Cervo e Bueno (2008) relacionam fatores negativos; o primeiro deles foi a abertura sem contrapartida do mercado de consumo nacional, seguidos do déficit do comércio exterior, o endividamento externo, a alienação de ativos de empresas brasileiras, a submissão a consensos e conselhos do centro do capitalismo e o sacrifício das relações com países emergentes em favor do primeiro mundo. “Em suma, uma perda de poder do país sobre o cenário internacional” (CERVO; BUENO, 2008, p. 492). Por outro lado, a abertura econômica, principalmente com algumas estatizações, deu a possibilidade ao país de modernizar suas plantas industriais além da distribuição de responsabilidade sobre o crescimento do país, antes exclusivamente dedicado ao governo federal e sua capacidade de investimentos.

Vigevani e Oliveira (2007) colocam, ainda, que o governo Fernando Henrique foi caracterizado pela aproximação do Itamaraty com a sociedade civil. Diálogos com entidades de classe, organizações não-governamentais, entre outras explicando quais eram as atribuições do órgão e como ele poderia ajudar no desenvolvimento do Brasil foram marca dos ministros de relações exteriores Luiz Felipe Lampreia (1995 - 2000) e Celso Lafer (2001 – 2002). Agregar aos diplomatas a responsabilidade de não só representar o país externamente mas também no âmbito interno fez com que houvesse mais transparência nas ações do Itamaraty.

O período é também denominado como o fim da dualidade que acontecia até então entre as políticas externa e interna. “O Brasil é agora uma sociedade aberta, democrática, que deseja melhorar a sua realidade na área social, de direitos humanos e meio ambiente. A sociedade brasileira identifica-se com os valores dominantes no ambiente internacional.” (LAMPREIA, 1998, p. 9)

Pode-se ainda apontar outras características marcantes do período FHC como o pacifismo adotado com o objetivo de estreitar os laços com outros países e evitar conflitos armados. Seguindo esta mesma linha, respeitou todos os acordos internacionais e de Direito Internacional, formulando conjuntamente leis e ações com o objetivo de um bem comum além dos interesses nacionais; mesmo buscando acordos multilaterais, teve um alinhamento de auto-determinação no sentido de que buscava seu espaço na economia mundial. Por fim, optou pela não intervenção em assuntos nacionais de outros países.

O Ministério das Relações Exteriores buscou ainda restaurar a credibilidade brasileira, perdida com o período da ditadura e início da redemocratização. A estabilização econômica com o Plano Real fez com que o planeta olhasse o país com olhos mais confiáveis. Para fortalecer ainda mais sua imagem, se integrou em diversas organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio e rejeitou diversas propostas dos países desenvolvidos que prejudicavam a agricultura brasileira e de outros países emergentes. Buscou um pensamento que Vigevani e Oliveira (2003) chamam de autodeterminação pela integração. Neste sentido o país buscou fortalecer suas ações junto aos órgãos internacionais se auto-afirmando como líder regional.

Para se autoafirmar dentro da região e também internacionalmente, estreitou os laços com os países do Mercosul, com a finalidade de inserir uma Tarifa Externa Comum e, assim, integrar cada vez mais os países membros (Paraguai, Uruguai e Argentina). Fernando Henrique ainda começou as negociações para a inserção da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e também para integrar uma livre circulação de mercadoria entre o Mercosul e os países da União Europeia.

Um dos maiores objetivos do Ministério das Relações Exteriores era o de se tornar epicentro das negociações comerciais internacionais em prol dos países subdesenvolvidos. Neste sentido, ele foi um dos principais articuladores para atrair investimentos ao próprio Brasil. Grande sucesso deste passo foi a liberalização econômica do país, principalmente ao capital estrangeiro, e uma das marcas do governo Fernando Henrique, como postula o ex-ministro Lampreia (1998, p. 7): “no

plano econômico, a estabilidade e a perspectiva de retomada de crescimento mais acelerado fazem com que o Brasil tenha voltado a ser um dos principais destinatários de investimentos diretos, superado apenas pela China entre as nações emergentes. Esse fenômeno tem favorecido a rápida modernização da infraestrutura e do parque produtivo nacionais”.

Outro ponto que marcou o período Cardoso como chefe do governo no Brasil, foi a briga com as grandes potências por mais espaço no cenário econômico global e lutar contra o protecionismo das nações mais ricas sobre seus produtores. O país diversas vezes recorreu a órgãos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio. A atitude reforçou um dos traços mais marcantes da política externa de FHC que foi a institucionalização das ações de política externa e a crença nos instrumentos legais internacionais. O Mercosul foi umas das prioridades do governo no sentido de fortalecer a imagem do Brasil no exterior, além da entrada em grandes debates internacionais. Já neste período, o Brasil almejava um assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e o conjunto de ações para a estabilização econômica, democrática e social no Brasil eram fundamentais para melhorar a imagem exterior.

Aderir ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear também foi um passo importante para a busca da autonomia brasileira e, ao mesmo tempo, se integrar ao cenário internacional, ao lado de nações que também ratificaram ao acordo.

Ao aderir ao TNP – os instrumentos de ratificação pelo Brasil foram depositados em 18 de setembro último – cumpriu-se o objetivo prioritário do Presidente Fernando Henrique Cardoso de resgatar as ‘hipotecas’ que ainda pesavam sobre a credibilidade externa do País, como também ocorreu com nossa adesão ao CTBT (Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares) e a decisão de submeter ao Congresso a aceitação pelo Brasil da competência jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos. (LAMPREIA, 1998, p. 13)

Com o objetivo de se desenvolver interna e externamente, o país buscou a auto-suficiência em diversos setores, sempre com a premissa, que caracterizou o governo FHC, do paradigma da autonomia pela integração. O Mercosul é o principal exemplo deste período. Apesar de assinado o acordo entre Brasil e Argentina por Collor, foi Fernando Henrique que efetivamente iniciou o acordo regional. Deste modo ficou caracterizando o período FHC no âmbito das relações internacionais.

2.2 MULTILATERALISMO, RECIPROCIDADE, AUTONOMIA E DIVERSIFICAÇÃO

A política externa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sofreu grandes influências da maneira como o Partido dos Trabalhadores enxergava o mundo. Apesar da política interna ser mais parecida com a Social Democracia, no âmbito externo, as ações foram de acordo com o que ele dizia ainda na época como sindicalista¹². (ALMEIDA, 2004).

Para Cervo e Bueno (2008) FHC abriu as portas à política externa de Lula uma vez que as relações internacionais até 2002 foram marcadas por um multilateralismo de relações e o não alinhamento exclusivo a um país, como era o padrão adotado até então. Um dos principais objetivos da PEB do governo petista, foi mudar a vulnerabilidade da economia brasileira e de outros setores de fatores externos ao próprio país. No pensamento da diplomacia, para que o desenvolvimento chegasse de fato a todo o país, era fundamental que ele tivesse uma autonomia não só externa, no sentido política, bem como interna, no que tange aos setores da cadeia produtiva brasileira.

Em seu primeiro grande teste internacional, na reunião da OMC, em setembro de 2003, Lula encabeçou um movimento para a criação do G-20, caracterizado por países em desenvolvimento que pleiteavam maiores investimentos dos países ricos, maior abertura destes mercados e regras mais justas do comércio mundial. “o governo Lula da Silva traçou um grande arco de alianças, destacando-se a formação do G-20 e do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul)”. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007,p. 297) A partir daí, a política externa teve um paradigma denominado por alguns teóricos de multilateralismo e reciprocidade.

O conceito envolve dois pressupostos: a existência de regras para compor o ordenamento internacional sem as quais irá prevalecer a disparidade de poder em benefício das grandes potências; e a elaboração conjunta dessas regras a fim de garantir reciprocidade de efeitos para que não realizem interesses de uns em detrimento de outros. (CERVO; BUENO, 2008, p. 497)

12 O Partido dos Trabalhadores teve sua origem no sindicalismo, Lula foi presidente da categoria que representa os metalúrgicos e desde então despontou como liderança. Considerado um partido de esquerda, foi oposição forte do governo FHC e sempre conhecido por ser mais nacionalista e contra o liberalismo. Quando assumiu em 2003, Lula manteve praticamente todas as ações econômicas de FHC, mostrando assim que a política liberal é melhor para o país e ao mesmo tempo, adotou um postura de protecionismo e nacionalismo brasileiro no âmbito de política externa.

Outros teóricos como Vigevani e Cepaluni (2007) caracterizam o período lulista como o paradigma da autonomia pela diversificação. Com os aspectos presentes na política externa após 2003, é possível perceber que os dois paradigmas possuem fundamentos que convergem em determinados pontos, principalmente no que tange a uma busca pela autonomia e para alcançar este objetivo, multilateraliza suas relações comerciais.

Mudar o modelo de inserção política do Brasil foi fundamental para que este paradigma tivesse sucesso. Foi desta maneira que o governo Lula buscou conquistar alianças e traçou ações de médio e longo prazos no sentido de autoafirmação do país em questões de ordem mundial. Algumas delas com resultado efetivo, outras nem tanto, como se mostrou o caso da mediação das armas nucleares com o Irã.¹³

A diplomacia brasileira buscou dar continuidade aos acordos internacionais firmados até então, mas além disso, buscou formar novas parcerias bilaterais para não se tornar tão vulnerável ao capital estrangeiro¹⁴. A relação com China, Índia e Rússia, e mais tarde a África do Sul, formando, assim, os Brics, foi uma demonstração de como a política externa caminhou com o objetivo de estreitar os laços com países chamados de emergentes e, portanto, com compatibilidade ao Brasil demonstrando a aspiração a países ricos e desenvolvidos, objetivos assim compartilhados por Lula.

O fortalecimento do Mercosul se mostrou fundamental para o sucesso do paradigma do multilateralismo e reciprocidade. “[...] a diplomacia do governo Lula apresenta uma postura mais assertiva, mais enfática em torno da chamada defesa da soberania nacional e dos interesses nacionais, assim como de busca de alianças privilegiadas no Sul, com ênfase especial nos processos de integração da América

13 Em maio, de 2010, Lula foi ao Irã para apresentar uma proposta do Brasil e da Turquia com o objetivo de buscar uma solução para o polêmico programa nuclear iraniano e evitar que o Irã fosse alvo de sanções internacionais. O Conselho de Segurança da ONU queria adotar novas sanções contra o país muçulmano, pois alguns integrantes do Conselho - como os Estados Unidos - não confiavam no programa nuclear do governo do presidente iraniano. De acordo com a proposta feita pelo Brasil e Turquia, o Irã entregaria urânio baixamente enriquecido para receber, no prazo de um ano, urânio enriquecido a 20% o seu reator de pesquisas médicas, ou seja, o urânio seria utilizado com fins pacíficos. Porém, os países do Conselho de Segurança seguiram desconfiados das políticas nucleares iranianas. O acordo fracassou, os Estados Unidos realizaram uma reunião de emergência na ONU, em que assinou novas sanções contra o país. Em agosto, Lula veio a assinar estas sanções.

14 Em 2008 aconteceu uma das maiores crises econômicas no mundo desencadeadas no coração do centro econômico mundial, nos Estados Unidos, precipitada pela falência do banco Lehman Brothers. O banco era responsável por dar os maiores suportes a diversos tipos de financiamentos do país. Em decorrência disso, diversas outras instituições financeiras também faliram e a falta de crédito fez com que ela se expandisse por todo o globo. A crise afetou a economia brasileira sofreu desaceleração de 0,1% e obrigou o governo a reduzir impostos para estimular o consumo.

do Sul e do Mercosul, com reforço consequente deste no plano político”. (ALMEIDA, 2004, p. 165).

Outro objetivo do governo de Lula com estas ações multilaterais e busca pela autonomia global foi a reformulação do Conselho de Segurança da ONU e maior inserção dos países emergentes nestas decisões. Conflitos sobre esta questão à parte, é pertinente destacar que este objetivo não é somente de Lula, mas como de um passado brasileiro desde quando se desligou da Liga das Nações,¹⁵ logo após sua instauração, justamente por não ter um assento do Conselho. Podemos notar que a aspiração brasileira é uma caminhada que culminou em maior engajamento do ex-presidente Lula.

Com a busca para o Conselho de Segurança, foi fundamental que o país se inserisse cada vez mais nas ações dos organismos internacionais e passasse a mediar conflitos, como a missão de paz no Haiti. Além disso, estreitou a cooperação sul-sul na África, em especial com a África do Sul e os países lusófonos, Angola e Moçambique. Para alguns teóricos, esta aproximação estava ligada ao pensamento terceiro-mundista que se caracterizou ao longo de muitos anos na PEB. Apesar disso, Vigevani e Cepaluni (2007) entendem que a cooperação com países chamados emergentes e, portanto, com objetivos parecidos com o Brasil, eram naturais no sentido que a abertura de mercado consumidor seria benéfico para ambos os lados. Não se pode deixar de lado também o interesse individual de cada um destes países em se autoafirmar como nações independentes e vozes participantes da economia global, em igualdade com os países desenvolvidos.

Às vezes nos perguntam se o Brasil quer ser líder. Nós não temos pretensão à liderança, se liderança significa hegemonia de qualquer espécie. Mas, se o nosso desenvolvimento interno, se as nossas atitudes [...] de respeito ao direito internacional, da busca de solução pacífica para controvérsias, de combate a todas as formas de discriminação, de defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, se essas atitudes geram liderança, não há por que recusá-la. (AMORIM, 2003 (a), apud, VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 302).

15 O Brasil afastou-se da Liga das Nações em 1926, segundo Azambuja (1989), como consequência de uma avaliação muito controversa do peso brasileiro na sociedade internacional. O país já naquela época queria uma cadeira no Conselho de Segurança, mas não obteve. A Liga das Nações, embrião da ONU, foi um órgão internacional criado após a Primeira Guerra Mundial, previsto no Tratado de Versalhes, em abril de 1919, em que os países vencedores se reuniam para discutir acordos de paz. Com a Segunda Guerra Mundial, fica evidente o fracasso da organização e a Liga das Nações deixa de existir oficialmente, passando suas atribuições à ONU, em abril de 1946.

Com esse objetivo de se autodeterminar, a política externa do ex-presidente Lula foi marcada por uma série de episódios em busca da autonomia mundial e para isso teve ações externas baseadas no multilateralismo mais forte, em divergência das ações realizadas pelo Itamaraty ao longo de anos; neste mesmo sentido houve uma diversificação das relações internacionais não só pela cooperação entre países do sul, mas também a diversificação nas relações com as quais já tinha, como a China, por exemplo, que passou a ser um dos grandes importadores de matérias-primas brasileiras; essas ações geraram uma reciprocidade global para com o país, o que lhe rende um destaque maior internacionalmente. Um exemplo deste reconhecimento foi a decisão de deixar o Brasil como sede dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo de Futebol.¹⁶

Apesar disso, é possível notar que grande parte do sucesso da política externa de Lula se deve ao fato de internamente o país ter se estabilizado ao longo do governo FHC. As relações externas deste último governo também abriram portas para que o Lula obtivesse êxito em busca de um desenvolvimento interno. A estabilização da economia fez com que o país tivesse crescimentos positivos e o parque industrial se desenvolvesse. Após grande períodos de déficit, a balança comercial passou a registrar cada vez maiores superávits. Além disso, a privatização de algumas estatais possibilitou a modernização de infraestruturas consideradas fundamentais para o país. Um grande exemplo foi o setor de telecomunicação, privatizado em 1998.

2.3 COMPARAÇÕES ENTRE A PEB DE LULA E FHC

Nota-se que as políticas externas das administrações Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, com base em suas características gerais e nas tomadas de posição em relação a um conjunto de temas da agenda internacional, possuem características próximas. Os elementos de ruptura são mais evidentes no estilo do que na substância da diplomacia brasileira, que continua a ostentar fortes traços de continuidade rumo ao fortalecimento do Brasil no cenário internacional (ALMEIDA, 2004). Enquanto a diplomacia de FHC teve um ativismo moderado, a de

¹⁶ O Brasil foi escolhido para sediar os jogos da Copa do Mundo da FIFA em 2014. A confirmação do país como sede da Copa aconteceu em 30 de outubro de 2007. Além disso, a cidade do Rio de Janeiro vai receber os Jogos Olímpicos em 2016.

Lula se mostrou bem mais ativa com a intenção de inserir o Brasil no cenário internacional e brigar por questões pertinentes ao país de igual para igual com os países desenvolvidos.

O governo FHC caracterizou-se pelo multilateralismo, atribuindo ênfase ao direito internacional, principalmente na gestão do ministro Celso Lafer, fiel à tradição diplomática brasileira, que sempre buscou utilizar os argumentos por ele fornecidos. Reconhecendo a realidade da forte assimetria de poder no sistema internacional, privilegiou-se a negociação direta com países centrais, sem a busca prévia e sistemática de alianças do Sul (LAFER, Apud, VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 300).

Já no governo Lula, apesar do intuito de uma ação de diversificação e acordos internacionais, marcou o final definitivo das conversações pela instalação da Alca. O país já se encontrava em uma situação econômica e política favorável, oriundo do governo Fernando Henrique. O Brasil passou a barganhar em igualdade com os Estados Unidos, que não cedeu e resultou no final das negociações. No momento em que FHC inicia os trabalhos para a integração da América, mesmo em desvantagem frente aos EUA, com o acordo haveria grandes avanços internos para o Brasil. Já quando Lula vai discutir a Alca, a situação se altera, derivada da política de autonomia adotada pelo governo anterior. O Mercosul foi uma agenda frequente nos dois governos pois pensavam que uma integração regional, favoreceria a economia de ambos os lados.

“O governo FHC, como vimos, adotava uma postura cética em relação à possibilidade de maior abertura comercial, sabedor das razões estruturais da União Européia em matéria de protecionismo agrícola.” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 320). Enquanto isso, Lula se mostrou favorável à integração e diversificação de suas exportações, visto que, em 2005, os Europeus foram os maiores parceiros comerciais do país e do Mercosul com 22,4% das exportações brasileiras.

O levantamento histórico mostra, que apesar de diferenças entre a PEB de Lula e Fernando Henrique, não houve uma ruptura drástica em qualquer momento. Houve a mudança em uma postura mais passiva, por parte do primeiro governo, para uma mais ativa, por parte do segundo (se comparados os dois períodos, o número de viagens ao exterior e participação em eventos internacionais, Lula se mostrou muito mais presente para questões externas que Fernando Henrique). As ações externas refletiram, além da situação política do próprio país, a vertente

adotada pelos dois governantes ao longo de seus governos. Fernando Henrique tinha uma postura neoliberal com a abertura econômica para capital estrangeiro, já Lula, com a visão de um estado mais redistributiva, assumiu uma postura engajada para elevar a imagem do país no âmbito internacional. Como o já citado exemplo da mediação do conflito nuclear com o Irã. Além disso, buscou diversificar as parcerias econômicas e abrir as portas para exportar a mercados antes inóspitos aos Brasil.

As estratégias adotadas pelos dois governos no âmbito externo, buscavam aumentar o desenvolvimento interno. Por isso, era fundamental estabelecer parcerias tanto regionais quanto globais. Enquanto FHC se voltou para o Mercosul e a cooperação EUA-Brasil, Lula buscou outros mercados e estabeleceu parcerias importantes com os chamados países emergentes China, Índia, África do Sul e Rússia. Além disso, Lula estreitou ainda mais as relações com os vizinhos latino-americanos. A entrada da Venezuela no Mercosul, as negociações pela compra de energia excedente do Paraguai, oriunda de Itaipu, são alguns dos exemplos da busca pelo diálogo e cooperação entre os países do continente.

3 ANÁLISE DOS VEÍCULOS DE IMPRENSA COM BASE NAS NOTÍCIAS VEICULADAS SOBRE O BRASIL NAS POSSES DE LULA E DILMA

É possível perceber que a imagem do Brasil no cenário internacional mudou ao longo dos anos. Saímos de uma sombra de países desenvolvidos para um protagonismo mundial. Este avanço se deve, em grande parte, à política externa brasileira adotada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo FHC também corroborou com este avanço ao abrir mercado e expandir as alianças.

A análise para medir se o Brasil de fato melhorou sua imagem externa após o governo Lula será baseada em elementos textuais que formam o *corpus* de notícias, através de uma mensuração quali-quantitativa. Por esse motivo a Análise de Conteúdo (AC) é a metodologia que melhor se enquadra nos objetivos específicos deste trabalho. Bardin (1994, p.9), explica que a AC é “um conjunto de instrumentos metodológicos sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a discursos”. Weber (2007 apud HERSCOVITZ, p.126) considera que “a combinação operacional de aspectos quanti-qualitativos produz os melhores estudos de análise de conteúdo em textos”.

Bardin (1994, p.38-39) postula que o principal objetivo de uma AC é “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção [eventualmente, de recepção], inferência esta que recorre a indicadores [quantitativos ou não]”. Bardin continua explicando que a inferência “ou deduções lógicas” devem analisar qual fator conduziu o enunciado e quais as consequências que tal enunciado pode provocar (BARDIN, 1994, p.39).

Para colocar o trabalho em prática, Herscovitz (2007 in LAGO, BENETTI, p.132) preza que é preciso estabelecer, de maneira concisa, categorias do que será posto em análise. Neste caso, estipulou-se os portais de notícias do jornal The New York Times, dos Estados Unidos, El País, da Espanha, e o Clarín, da Argentina. A escolha se deve primeiramente pela importância de tais veículos no jornalismo mundial e credibilidade. Segundo fator foi tentar identificar o pensamento europeu, latino-americano e estadunidense em relação ao Brasil ao término do mandato do FHC e de Lula. Dentro dos veículos, foi feita uma busca com a palavra “Brazil” (em inglês, ou Brasil em espanhol) durante os três primeiros dias de janeiro de 2003 e 2011. A data foi estipulada justamente para tentar analisar como foram veiculadas as

notícias sobre o país, com foco principal para a posse da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula. O objetivo é mostra as notícias que falam de como foi o governo FHC e como foi o governo Lula, por isso, a escolha das duas datas. Além destas reportagens, todas as outras que mencionem o Brasil também são contabilizadas. Para cada publicação, duas tabelas serão produzidas, uma na qual se quantificaria o número de reportagens que tratam do Brasil como foco principal e quantas apenas mencionam o país. Já na segunda tabela, o número total de notícias publicadas no site dos respectivos veículos será subdividido por assunto. As categorias ficaram então à mercê dos temas abordados ao longo da análise. Ao adentrar em suas páginas, a procura se dá através da própria ferramenta de busca de cada um dos portais, as notícias do dia são separadas em um documento e contabilizadas. Dentro deste dia, é feito também buscas sobre notícias do Brasil, no mesmo dia, há oito anos atrás.

Será colocada uma categoria em que classifica as reportagens como positivas, negativas ou neutras. Tal análise focará palavras que indicam estes dois sentidos. Vale destacar, que o jornalismo sempre preza pela neutralidade e imparcialidade, por isso, será natural que o maior número de reportagens neutras. Após o levantamento de dados, será feita uma comparação de dados para avaliar se a imagem do Brasil, sob o pilar da política externa brasileira nos oito anos subsequentes, melhorou no noticiário internacional.

3.1 TRÊS PRIMEIROS DIAS DO GOVERNO LULA NO THE NEW YORK TIMES

O The New York Times é o jornal mais abrangente dos Estados Unidos e o maior do mundo. Foi fundado em 1851 e possui correspondentes internacionais espalhados por todo o globo. É a principal fonte de notícias internacionais, com influência no governo estadunidense. Ele busca pela imparcialidade e isenção da notícia, por isso, não se define nem como democrata ou republicano (os dois principais partidos do país).

Na tabela abaixo estão catalogados o total de reportagens extraídas do *site* .com do jornal entre primeiro e três de janeiro de 2003. Somadas aquelas que falam do Brasil ou apenas citam, resultam em nove.

Tabela 1 – 1 a 3 de janeiro 2003 – The New York Times: incidência de matérias sobre o Brasil:

	Quarta - 01	Quinta - 02	Sexta - 03	Total
Sobre o Brasil	1	1	-	2
Citam o Brasil	1	2	4	7

É claro perceber, que o The New York Times noticiou a posse de Lula, porém não deu tanta ênfase ao fato, com apenas duas reportagens que falam efetivamente sobre o Brasil. As duas estão na página “internacional” do *site* do jornal, feita por correspondentes no local. Todas elas possuem, em média, 5 mil caracteres.

Na próxima tabela, estarão dispostos os temas mais frequentes nos três dias analisados.

Tabela 2 – 1 a 3 de janeiro de 2003 – The New York Times: temas abordados com mais frequência

Posse	1	Turismo	1	Economia	4
Hugo Chávez	2	Outro	1		

É pertinente destacar que o Hugo Chávez aparece como notícia em que o Brasil é citado, por ter comparecido à posse de Lula. No total, foram duas reportagens sobre o país e duas apenas sobre Hugo Chávez. Vale ressaltar que os Estados Unidos sempre estão preocupados com as ações deste presidente na

América Latina e qual sua influência na região¹⁷. A posse tem apenas uma ocorrência. Economia é o assunto que mais aparece. Uma das reportagens econômicas fala sobre o panorama dos principais mercados para investidores no ano de 2002 e cita o Brasil como lugar certo para um bom investimento. A reportagem sobre turismo, aborda a falta de turistas na Costa do Sauípe e estimula para que os estadunidenses visitem o local.

Na próxima tabela, estará disposto como as notícias tiveram um peso mais positivo, neutro ou negativo.

Tabela 3 – 1 a 3 de janeiro de 2003 – The New York Times: tom das reportagens

Positivo	Neutro	Negativa
5	4	-

Como o jornalismo preconiza a neutralidade, é natural que todas as notícias tentem buscar o neutro. Porém o saldo final aparece com um número maior de notícias positivas. Isso se deve ao tom das reportagens: a primeira delas sobre a posse de Lula, enaltece a trajetória dele enquanto líder sindical, lutador contra a ditadura e que depois concorreu às eleições diversas vezes até conseguir chegar ao posto. A outra, que fala efetivamente sobre o Brasil, enaltece as praias da Costa do Sauípe e estimula que conheça o local. As outras são de cunho econômico em que mostram o país como local de investimento com retorno certo.

¹⁷ Desde que assumiu o poder na Venezuela, em 1999, Hugo Chávez é a constante preocupação para os Estados Unidos. Primeiro por fazer forte crítica ao modelo neoliberal, globalização e como os norte-americanos conduzem sua política externa. Possui um forte discurso nacionalista, voltado também para a América Latina. Ele é criticado pela comunidade internacional principalmente pela maneira como age dentro do país. Já proibiu protestos contra seu governo e até mandou fechar a principal rede de televisão venezuelana por criticá-lo. Numa tentativa de terceira eleição, conseguiu aprovar uma emenda constitucional em que possibilita infinitos mandatos. Além de mudar a contagem de votos nas eleições parlamentares de 2010, que lhe favoreceu.

3.2 PRIMEIRO TRÊS DIAS DO GOVERNO DILMA NO THE NEW YORK TIMES

Entre primeiro e três de janeiro de 2011, durante a posse de Dilma Rousseff, foram publicadas oito reportagens sobre ou que citavam o Brasil.

Tabela 4 – 1 a 3 de janeiro de 2011 – The New York Times: incidência de matérias sobre o Brasil:

	Sábado – 01	Domingo – 02	Segunda - 03	Total
Sobre o Brasil	1	-	1	2
Citam o Brasil	2	3	1	6

Nota-se que incidência de notícias que falavam efetivamente sobre o Brasil continuam baixas, apenas duas ocorrências em três dias. A primeira delas fala sobre a posse de Dilma com o título: “Nova líder do Brasil começa na sobra do antecessor”. Mesmo o título pendendo para o negativo, ao longo do texto, percebe-se que o jornal menciona positivamente Lula e que Dilma terá o desafio de fazer muito mais do que ele. Coloca o passado da presidente e qual foram os passos até ela chegar ao posto mais alto do poder executivo brasileiro. A outra notícia positiva, é um artigo de opinião da jornalista Tina Rosenberg¹⁸ que fala dos programas sociais que Lula implantou, como o Bolsa Família, e mostra que este é o caminho para diminuir a desigualdade. O tamanho das reportagens segue um padrão 5 mil caracteres e são publicados na editoria “Internacional” do *site*. As demais que apenas citam o país aparecem em outras seções. Todas as informações foram obtidas por correspondente do jornal no local.

Na próxima tabela estão quais os temas mais abordados nas notícias.

¹⁸ Tina Rosenberg já ganhou o prêmio Pulitzer, considerado o Oscar do jornalismo, pelo livro “The Haunted Land: Facing Europe’s Ghosts After Communism”. Atualmente é umas das editoras de opinião do The New York Times.

Tabela 5 – 1 a 3 de janeiro de 2011 – The New York Times: temas abordados com mais frequência

Posse Dilma	1	Cultura	2	Economia	2
Imigração	2	Futebol	1		

Quando divide-se o total de notícias por assuntos, fica mais perceptível como é a construção da notícia por parte do The New York Times. Ele é sempre mais preocupado com os assuntos internos em relação aos externos. Todas as notícias remetem aos impactos daquela ação para dentro dos Estados Unidos. Uma das notícias analisadas, fala da posse da Dilma e a compara a Lula, afirmando que os rumos da política externa e econômica serão mantidos. Outro assunto noticiado foi a imigração, no total duas vezes em que aparece o Brasil, e o coloca como uma das principais nacionalidades de imigrantes em solo estadunidense. Em relação à primeira semana de Lula, percebe-se que a preocupação interna com Chavéz, se reduz drasticamente. Já os assuntos econômicos que citam o país mantêm o mesmo padrão de elogio anterior. A economia é citada constantemente como sólida e estável.

Tabela 6 – 1 a 3 de janeiro de 2011 – The New York Times: tom das reportagens

Positivo	Neutro	Negativa
4	4	-

Esta tabela mostrou mais uma vez aquilo que o jornalismo preconiza: neutralidade e imparcialidade. As informações positivas foram classificadas analisando principalmente o título e, além disso, qual era a mensagem que o jornalista queria passar, por meio das informações contidas no texto. Um exemplo, é o já citado artigo da jornalista Tina Rosenberg sobre as políticas sociais de Lula.

3.3 TRANSIÇÃO DE FHC PARA LULA NO CLARÍN

O principal veículo argentino possui uma característica de crítica forte ao governo argentino, independente de qual seja. Ligado a muitos movimentos sindicais, tem uma linha editorial com cunho mais esquerdista. Possui a maior circulação de um jornal no país. Foi fundado em 1945.

Do total de reportagens extraídas do *site* .com do jornal argentino Clarín, o número total de notícias que falam efetivamente do Brasil ficou em treze e que apenas citam o país, 14.

Tabela 7 – 1 a 3 de janeiro 2003 – Clarín: incidência de matérias sobre o Brasil:

	Quarta 01	Quinta 02	Sexta 03	Total
Sobre o Brasil	-	7	6	13
Citam o Brasil	-	11	3	14

A primeira análise que chama atenção é em relação ao dia primeiro de janeiro, por não haver notícias sobre o Brasil. Não há uma explicação exata para esta ocorrência, uma vez que o jornal possui prerrogativa editorial de escolher os assuntos mais importantes. Curioso notar que há quase um empate entre as notícias que citam e falam sobre o país. Em comparação com o The New York Times, o número de reportagens aumentou significativamente. Um dos motivos para esta divergência está justamente no protagonismo brasileiro adotado ao longo do governo FHC, principalmente com os acordos comerciais que tornaram o Brasil principal parceiro comercial da Argentina¹⁹. O Mercosul também contribuiu para este

¹⁹ Em 1988 foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Argentina. Em 1991 é assinado o Tratado de Assunção que cria o Mercosul e inclui Paraguai e Uruguai. Em 1994 é assinado o Protocolo de Ouro Preto mantendo a estrutura intergovernamental

fato. Estes acordos bilaterais estreitaram os laços entre os dois países e aumentam a influência de um sobre o outro. Por isso, há um interesse público nas informações brasileiras.

Um dos textos, publicados no dia 3, traz o título: “O presidente brasileiro inicia a luta contra a fome”. O jornal fez até uma editoria especial para acompanhar a transição de governo. Há ainda um editorial com a opinião do jornal em que cita a eleição de Lula como um acontecimento histórico não só para o Brasil, mas para toda a América Latina, por ser tratar de um operário chegando ao poder democraticamente. As publicações sobre o Brasil, que seguem um padrão de tamanho com cerca de 3 mil caracteres cada, foram feitas por correspondentes do próprio jornal no local.

Tabela 8 – 1 a 3 de janeiro de 2003 – Clarín: temas abordados com mais frequência

Posse	10	Turismo	3	Editorial	1
Mercosul	3	Esportes	4		
Política externa argentina	4	Situação do Brasil	2		

Como houve uma editoria criada especialmente para a posse de Lula, nota-se que o número de reportagens que falam sobre o assunto é maior. O veículo deu destaque à posse de Lula e mostrou, em algumas reportagens, como ficaria a situação do Mercosul e qual a expectativa da população brasileira com o novo governo. A publicação traz ainda um editorial em que fala especificamente do presidente que chegava e quais os seus principais desafios.

do Mercosul. Em 1995 entre em vigor a União Aduaneira do Mercosul com a adoção da Tarifa Externa Comum. Em 2008 firmaram um acordo para a conversão de moedas diretamente entre peso e real, não mais utilizando o dólar. Somente nos primeiros quatro meses de 2011, o comércio entre a Argentina e o Brasil envolveu cerca de US\$ 11,5 bilhões. Em 2010, o comércio bilateral movimentou mais de US\$ 32,9 bilhões, com superávit de US\$ 4 bilhões para o Brasil. (Pinheiro, 2004)

Tabela 9 – 1 a 3 de janeiro de 2003 – Clarín: tom das reportagens

Positivo	Neutro	Negativa
9	18	-

O noticiário de cunho neutro dá ao veículo uma credibilidade frente aos seus leitores. As notícias positivas são todas da posse de Lula, ou seja, num total de 10 reportagens sobre o tema, todas foram classificadas como positivas. No geral, elas abordam a questão de Lula como o melhor futuro para o Brasil. Vale ressaltar que a publicação é mais esquerdista e, por tanto, mais próxima ideologicamente de Lula.

3.4 OS PRIMEIROS DIAS DE GOVERNO DILMA VEICULADOS NO CLARÍN

Entre primeiro e três de janeiro de 2011 foram 29 reportagens encontradas em que a palavra “Brasil” aparecia. Destas, 17 falavam sobre o país e 12 o citavam.

Tabela 10 – 1 a 3 de janeiro de 2011 – Clarín: incidência de matérias sobre o Brasil:

	Quarta 01	Quinta 02	Sexta 03	Total
Sobre o Brasil	8	4	-	12
Citam o Brasil	13	4	-	17

Apesar do número total de reportagens ser maior durante a posse da Dilma, em relação à posse de Lula, as notícias efetivamente sobre o Brasil caíram. Pode-se notar que em 2003, a Argentina estava preocupada com os rumos da política

brasileira mas acreditava que tudo seria positivo. Já em 2011, é perceptível uma segurança pois há continuidade de trabalho e não há riscos para o país vizinho. A primeira notícia do dia 2 tem o título: “A primeira viagem de Dilma como presidente será para a Argentina”. É possível notar que os argentinos reconhecem o peso regional que o Brasil possui.

Tabela 11 – 1 a 3 de janeiro de 2011 – Clarín: temas abordados com mais frequência

Posse	8	Turismo	3
Mercosul	3	Esportes	4
Política externa argentina	2	Situação interna da Argentina	9

A posse de Dilma foi destaque das notícias sobre o país. Nesta vez, não houve uma editoria especial criada para a posse, o que mostra a influência de Lula maior em relação à Dilma. Ao contrário do que aconteceu em 2003, o maior número de notícias foi sobre economia. Há ainda o aparecimento do tema “política externa argentina”, sobretudo a assuntos relacionados ao Brasil. Tanto interna quanto externamente, fica claro o protagonismo brasileiro frente ao país vizinho.

Tabela 12 – 1 a 3 de janeiro de 2011 – Clarín: tom das reportagens

Positivo	Neutro	Negativa
8	20	1

A única ocorrência que se pode considerar negativa, foi a de um brasileiro que quase causou um acidente de carro no Uruguai. A informação foi veiculada pelo Clarín e dá um destaque negativo ao país. Ao mesmo tempo isenta qualquer possibilidade do governo ter envolvimento com tal fato, a não ser pela nacionalidade do homem. As notícias positivas em sua maioria foram relacionadas à posse de

Dilma. Destaca-se a com título: “Ex-guerrilheira, economista, de alto perfil técnico e acentuado caráter”. O texto faz um perfil minucioso da presidente e mostra um panorama de como é seu estilo de governar. A neutralidade mais uma vez foi a de maior incidência no tom que as notícias tiveram.

3.5 A PRIMEIRA REPERCUSSÃO DO GOVERNO LULA NO EL PAÍS

O jornal espanhol foi fundado em 1976 e atualmente é o veículo, não-esportivo, com maior tiragem no país com quase 500 mil exemplares diários. Tem uma ideologia política entre centro-esquerda e esquerda. Abaixo estão as tabelas com o número de reportagens publicadas sobre o Brasil durante os primeiros dias de governo Lula e governo Dilma.

O jornal teve um total de 20 publicações, destas 14 falam sobre o Brasil e 8 apenas citam o país.

Tabela 13 – 1 a 3 de janeiro 2003 – El País: incidência de matérias sobre o Brasil:

	Quarta 01	Quinta 02	Sexta 03	Total
Sobre o Brasil	1	10	3	14
Citam o Brasil	-	3	3	6

A tabela mostra que no dia 2, um após a posse, há o maior número de notícias. Pode-se concluir que o jornal estava preocupado em informar os argentinos sobre os acontecimentos no Brasil. Há diversos textos com o perfil de Lula. Há ainda duas entrevistas com os ministros Marina Silva, do Meio Ambiente, e Luiz Fernando

Furlán, da Indústria, com o perfil técnico de cada um e quais as perspectivas deles para cada pasta. Os textos têm, em média, 3 mil caracteres.

Tabela 14 – 1 a 3 de janeiro de 2003 – El País: temas abordados com mais frequência

Posse	6	Economia	6	Esportes	1
Hugo Chávez	3	Cultura	2		
Meio Ambiente	1	Situação interna da Espanha	1		

As editorias pelas quais os assuntos estão distribuídos no *site* seguem praticamente o mesmo padrão da tabela acima. Dois assuntos foram os mais pautados: a posse e a economia brasileira. O primeiro assunto é debatido pelo veículo em todos os pontos e, principalmente, como será o novo governo no campo econômico, que remete ao segundo tema mais abordado, devido às relações comerciais que os dois países possuem. É curioso perceber que assim como no The New York Times, Hugo Chávez aparece como assunto principal em três notícias que o destacam. O veículo coloca que ele pretende continuar como presidente da Venezuela e utilizar até a força para defender o que ele denomina como revolução. Assim como nos Estados Unidos, o presidente venezuelano ganha destaque no noticiário espanhol.

Tabela 15 – 1 a 3 de janeiro de 2003 – El País: tom das reportagens

Positivo	Neutro	Negativa
9	10	1

A única notícia de tom negativo foi a denúncia de trabalho escravo existente na região nordeste brasileira. As positivas são todas sobre a posse, inclusive com um editorial de opinião do jornal intitulado: “A festa de Lula.”

3.6 O COMEÇO DO GOVERNO DILMA PUBLICADO NO EL PAÍS

Entre primeiro e três de janeiro de 2011 foram 19 reportagens encontradas em que a palavra “Brasil” aparecia. Destas, 7 falavam sobre o país e 12 o citavam.

Tabela 16 – 1 a 3 de janeiro de 2011 – El País: incidência de matérias sobre o Brasil:

	Quarta 01	Quinta 02	Sexta 03	Total
Sobre o Brasil	1	3	3	7
Citam o Brasil	1	5	6	12

Enquanto na posse de Lula tiveram 10 reportagens sobre o assunto, na posse de Dilma este número caiu para 3. Entre outros fatores, deve-se ao protagonismo que Lula despontou desde sua trajetória até chegar à presidência da república. Mas mais do que isso, mostra que a pessoa de Lula é mais noticiada que Dilma. Outro fator que contribui são as ideologias políticas do ex-presidente e do veículo que convergem. Tanto Lula quanto o jornal são defensores das causas sindicais e socialistas, sempre em prol da população e da classe trabalhadora. Todas as notícias possuem, aproximadamente, 3 mil caracteres.

Tabela 17 – 1 a 3 de janeiro de 2011 – El País: temas abordados com mais frequência

Posse	5	Mundo	3	Imigração	1
Mercosul	1	Cultura	1	Economia	3
Política externa espanhola	1	América Latina	3	Esporte	1

Os assuntos acima apresentados aparecem em diversas editoras cujos nomes são: cultura, América Latina, esporte, economia, política, Espanha e internacional. Nesta tabela fica possível notar a variedade de assuntos que o El País aborda em 2011. Enquanto em 2003, os assuntos foram mais polarizados em Lula. Uma das reportagens que fala sobre a posse tem o título: “Rousseff inicia seu mandato com continuidade da equipe econômica”. O assunto econômico se destaca fortemente em razão do interesse dos leitores que são afetados pelo desenvolvimento brasileiro. Pode-se destacar a presença de empresas espanholas no país como a Telefônica, o banco Santander e a administradora de rodovias OHL. Há ainda uma notícia que mostra as diferenças entre Lula e Dilma. Segundo os analistas políticos ouvidos pelo jornal, Lula é o “filho do povo”, enquanto Dilma tem um caráter mais técnico para assumir o governo.

Tabela 18 – 1 a 3 de janeiro de 2011 – El País: tom das reportagens

Positivo	Neutro	Negativa
5	13	1

Pode-se considerar negativo o editorial com a opinião do jornal em que fala sobre a saída de Lula e entrada de Dilma. A reportagem chega a dizer que ele é quem comandará o país enquanto ela for presidente. Coloca, muitas vezes, em cheque a capacidade dela na articulação política, porém ressalta que no campo econômico, manterá a mesma política do antecessor.

3.7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No The New York Times foram contabilizadas 17 notícias sobre o Brasil quando se soma o período correspondente à posse de Lula e de Dilma. O número praticamente se manteve o mesmo nas duas amostragens. Podemos perceber que o cunho das notícias sofreu alterações. A reportagem que fala sobre a posse da presidente Dilma coloca que o governo Lula estruturou um novo modelo de gestão, que será mantido pela sucessora. Além disso, o grande destaque para as notícias econômicas em janeiro de 2003 colocam o Brasil como país como uma economia sólida e segura para investimentos. É necessário esclarecer que o veículo, apesar de ser o maior jornal em número de correspondentes no mundo, sempre busca notícias com enfoques regionalistas. Por isso, mesmo quando informa algo que aconteceu no Brasil, tenta elencar algum aspecto estadunidense.

No argentino Clarín, ficou clara a situação de dependência econômica argentina e qual influência o Brasil exerce sobre o vizinho. Foi o maior número de notícias, somando 56 nos dois períodos. O destaque principal foi para a posse dos dois governantes, mas o que mais chamou atenção foram as análises de como estes, então futuros governos, se relacionariam com a Argentina. Questiona também a situação do Mercosul e outros acordos firmados entre os dois países. Traz ainda diversos artigos, sendo um deles citando os avanços na estabilidade econômica alcançados por FHC. Na posse de Dilma, faz diversos elogios ao ex-presidente Lula e enaltece o passado dela enquanto guerrilheira e a fama de pulso firme²⁰. Faz comparações com a presidente do Argentina Cristina Kirchner, por serem as mulheres a dominarem as negociações no âmbito do Mercosul.

Por fim, o El País traz uma cobertura mais analítica do futuro governo Lula e das comparações entre ele e Dilma, sendo 39 notícias no total. Na posse de Lula, traz duas entrevistas com os ministros Marina Silva, do Meio Ambiente, e Luiz Fernando Furlán, da Indústria, abordando a atuação de cada pasta. Mostra que a Espanha tem a preocupação nestas duas áreas brasileiras. Trouxe apenas uma

²⁰ Dilma Rousseff nasceu em Minas Gerais e se interessou pelos ideais socialistas logo após o golpe de 1964. A partir daí entrou para a militância e integrou a luta armada contra o regime militar. Ficou presa, durante dois anos e um mês, e foi torturada neste período. Quando assumiu como ministra do governo Lula, primeiro em Minas e Energia e depois na Casa Civil, foi tachada de rude e de temperamento explosivo, tanto pela imprensa como por colegas, após seu envolvimento com a demissão de alguns ministros. O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, já foi visto chorando depois de uma conversa telefônica que teve com a então ministra-chefe da Casa Civil.

reportagem de aspecto negativo em que falava sobre a denúncia de escravos descobertos no nordeste brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender a formação da política externa brasileira desde a segunda guerra mundial, é possível perceber que o alinhamento estratégico entre Brasil e Estados Unidos foi recorrente devido ao endividamento do país, mas também pelo grande poder bélico e de influência global que o país hegemônico detinha. Adotar o modelo capitalista era uma estratégia de estreitar estas relações e levar o desenvolvimento ao país. Além disso, a proximidade geográfica entre os dois países influenciou no distanciamento com a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A grande transição do paradigma de alinhamento pelo da diversificação veio com o governo FHC a partir do momento em que ele abre as portas do país para capital estrangeiro e começa a firmar parcerias internacionais e acordos bilaterais. Mesmo assinado durante o governo Collor, foi Fernando Henrique que deu efetivamente o pontapé inicial ao Mercosul. Porém o alinhamento com os Estados Unidos ainda era evidente.

Lula por sua vez intensificou esta diversificação de alianças e fez com que a dependência estadunidense fosse minimizada. Pode-se perceber na análise do grande número de viagens ao exterior com o objetivo de buscar novos mercados e ter presença na solução e mediação de conflitos regionais e globais.

Com a estabilização econômica conseguida por FHC, a imagem do país já começa a melhorar significativamente. Os olhos dos investidores em relação ao Brasil muda significativamente. É notório que nesta época o risco país atingiu patamares mais baixos da história. Lula deu continuidade a esta política econômica e foi além. Fez uma diplomacia mais atuante no cenário internacional o que gerou grande atenção dos veículos internacionais de notícias. As Teorias do Jornalismo mostram que para algo que tenha valor noticioso, há a necessidade fundamental de uma relevância social, o governo Lula buscou esta relevância firmando as parcerias.

A política externa adotada pelo governo Lula foi decisiva para que o país começasse a sair de um patamar de notícias à margem do restante do mundo para um protagonismo sem precedentes. A postura brasileira em relação aos organismos internacionais como Organização das Nações Unidas e Organização Mundial do Comércio foi de enfrentar os países desenvolvidos e pleitear tratamento igualitário. A vinda dos Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa de 2014 ao Brasil mostram um

reconhecimento internacional das ações de política externa. Tais eventos têm um reflexo de imagem e olhar positivos sobre o Brasil. Veículos de mídia internacional que antes não noticiavam o país, agora possuem motivo para reservar um espaço do noticiário local.

Com a pesquisa pode-se concluir que FHC começou um processo de autodeterminação brasileira frente ao mundo, com uma atuação tímida dos diplomatas e diversificação de parcerias. Lula, intensificou estas ações dos membros do Itamaraty e fez com que o país se tornasse relevante internacionalmente e com destaque nos noticiários europeu, estadunidense e latino-americano. Mas mais do que isso, mostra que o destaque internacional sobre o Brasil está diretamente relacionado à pessoa de Lula. A diplomacia presidencial fez com que o nome do presidente fosse associado diretamente ao país. Portanto, foi possível identificar que a política externa brasileira no governo Lula teve contribuição significativa para melhorar a imagem brasileira frente aos olhos do mundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008&lang=pt. Acesso em: 7 de set. 2010

ARAÚJO, João Hermes Pereira de (ed.). **A Diplomacia do Desenvolvimento**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1989.

BARDIN, Laurence; **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994

CEPALUNI, Gabriel; VIGEVANI, Tullo. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Rio de Janeiro, 2007. Disponíveis em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lang=pt. Acesso em: 7 de set. 2010

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2008.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007

LAMPREIA, Luiz Felipe. **A política externa do governo FHC: continuidade e renovação**. *Rev. bras. polít. int.*, Dez 1998, vol.41, no.2, p.5-17. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000200001&script=sci_arttext. Acesso em: 17 de maio de 2011.

MOURA, Gerson. **Neutralidade Dependente: o caso do Brasil, 1939-42**. 1993. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1962/1101>. Acesso em: 12 de junho de 2011.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004

PRETO, Alessandra Falcão. **O conceito de diplomacia presidencial: o papel da presidência da república na formulação de política externa**. São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-16102006-195630/publico/Dissertacao_Alessandra_Falcao_Preto.pdf. Acesso em: 12 de junho de 2011.

SATO, Eiiti. **40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões**. *Rev. bras. polít. int.*, 1998, vol.41. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41nspe/a02v41nspe.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2011

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Rio de Janeiro, 2007. Disponíveis em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lang=pt. Acesso em: 7 de set. 2010

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil**. 2 ed. atualizada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.